



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007695-39.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Compromisso**
 Requerente: **Associação de Escolas Reunidas Asser**
 Requerido: **Nogueira e Nogueira Junior Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O(a) autor(a) **Associação de Escolas Reunidas Asser** propôs a presente ação contra o(a) ré(u) **Nogueira e Nogueira Junior Ltda**, requerendo: a) declaração de inexistência do débito e nulidade da duplicata apontada para protesto; b) indenização por dano moral.

A ré, em contestação de folhas 20/37, pede a improcedência do pedido, posto que a avaria no veículo locado somente ocorreu em razão do condutor não ter atentado para o mercador de temperatura que demonstrou que o veículo permaneceu por longo período sem água, o que culminou na danificação do cabeçote do veículo.

Réplica de folhas 64.

Decisão Saneadora de folhas 76.

Prova oral de folhas 99.

Prova oral de folhas 132/138.

Prova oral de folhas 182.

Memoriais da autora às folhas 189/193.

Memoriais da ré às folhas 195.

Em apenso o processo cautelar movido pela autora contra ré. Neste processo houve o deferimento de liminar para sustação do protesto da duplicata (folhas 44). Depósito de caução (folhas 47). Citação e ausência de contestação (folhas 64).

Relatei. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Restou incontroverso nos autos que as partes firmaram contrato de locação de um veículo.

A autora afirmou que o defeito ocorreu após o veículo locado ter saído da revisão junto a Recapex. Afirmou, ainda, que a revisão ocorreu na empresa citada por ordem da ré.

A ré, por sua vez, não rechaçou a afirmação de que realmente a revisão ocorreu na Recapex. Porém, argumentou (folhas 22): "A revisão efetivada no veículo locado pela requerente nada tem haver com o defeito apresentado no veículo, não havendo como a requerente se eximir da responsabilidade de solver o conserto do veículo consubstanciado no fato de que "estava certa que a revisão teria sido feita observando as mínimas condições para que o veículo continuasse em ordem, posto que a avaria no veículo locado somente ocorreu em razão do condutor do veículo locado não ter se atentado para o marcador de temperatura que demonstrou que o veículo permaneceu por longo período sem água, o que culminou na danificação do cabeçote do veículo".

Com efeito, preservada a linha de raciocínio exposta às folhas 23, tenho que a ré violou o contrato de locação, porque disponibilizou o veículo à autora, após a revisão, sem condições de uso, ferindo o princípio da boa-fé, e, por consequência, violando o artigo 422 do Código de Civil. Nesse particular, penso que também houve violação ao princípio da confiança, teoria tratada por Cláudia Lima Marques no alcance da certeza e segurança que devem emprestar efetividade aos contratos.

Dito isso, afasto a aplicação dos itens 7.4.7 e 7.6.1 do contrato de locação.

Nesse sentido: "LOCAÇÃO DE BEM MÓVEL ÔNIBUS DEFEITO APRESENTADO PELO VEÍCULO LOGO APÓS O INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO RESPONSABILIDADE DA LOCADORA PELA MANUTENÇÃO RECONHECIMENTO APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 566, I, DO CÓDIGO CIVIL NÃO DEMONSTRAÇÃO DE TER A LOCATÁRIA ASSUMIDO TAL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

RESPONSABILIDADE - RECUSA INJUSTIFICADA DA LOCADORA EM SOLUCIONAR O PROBLEMA - RESCISÃO CONTRATUAL PELA LOCATÁRIA POSSIBILIDADE LOCADORA QUE FAZ JUS APENAS AO RECEBIMENTO DO ALUGUEL PROPORCIONAL AOS DIAS EM QUE O VEÍCULO PERMANECEU NA POSSE DA LOCATÁRIA, MANTIDO O AFASTAMENTO DAS DEMAIS VERBAS INDENIZATÓRIAS SENTENÇA MODIFICADA EM PARTE RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO(Relator(a): Andrade Neto; Comarca: Igarapava; Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 16/07/2014; Data de registro: 17/07/2014)".

Por fim, diante do exposto, a ação cautelar é apenso é procedente, porque evidenciada a aparência do bom direito.

Quanto ao dano moral, não restou configurado, porque o simples apontamento, não tornando o ato público, não teve o condão de macular a honra da autora.

Nesse sentido:"Inexigibilidade de título – Sustação de Protesto – Duplicata – Prestação de serviços – Ônus da prova – Art. 333, II, do CPC – Danos materiais e morais – Mero encaminhamento do título a protesto.1. A duplicata sem aceite, por documentar um crédito decorrente de compra e venda mercantil ou prestação de serviços, deve estar acompanhada do comprovante da entrega da mercadoria ou da prova da prestação do serviço, sob pena de ser declarada nula.2. O simples apontamento a protesto de duplicata sem causa, sem a consumação daquele ato cartorário, não enseja a reparação por danos morais.3. A pessoa jurídica somente é suscetível de danos morais quando houver abalo de sua idoneidade perante o mercado de negócios.4. Incumbia ao autor a comprovação de eventuais danos materiais na fase de conhecimento (CPC, art. 333, I), sendo impossível a aferição de tal pedido através de liquidação de sentença, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.Procedente a ação cautelar e parcialmente procedente a principal. Recurso parcialmente provido.(Relator(a): Itamar Gaino; Comarca: Jundiaí; Órgão julgador: 15ª Câmara Extraordinária de Direito

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Privado; Data do julgamento: 22/06/2015; Data de registro: 25/06/2015)".

Diante do exposto, acolho, em parte, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar inexigível o débito, decretando-se a nulidade da duplicata apontada a protesto. Diante da sucumbência recíproca, aplico o caput do artigo 21 do CPC. Julgo procedente o procedente o pedido cautelar, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Oficie-se, após o trânsito em julgado, para sustação definitiva do protesto. Condene a ré no pagamento das custas despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 800,00, ante a inexistência de complexidade, com atualização monetária desde a publicação da presente e juros de mora a contar do trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 26 de junho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**